

## **A Articulação entre Agroecologia e Economia Feminista enquanto estratégia de empoderamento das mulheres rurais**

PORT, Giovanna Helena Galeotti<sup>1</sup>

### **Resumo**

O presente trabalho buscou compreender a condição de opressão patriarcal específica a que se encontram as mulheres rurais, a fim de discutir estratégias no processo de transição agroecológica visando o empoderamento efetivo deste grupo social. Para tal propósito, foi acompanhado a execução de um projeto de ATER desenvolvido especificamente para mulheres rurais na região do Vale do Ribeira pela ONG Sempreviva Organização Feminista, cujo paradigma de trabalho se baseia na Economia Feminista, buscando sistematizar estratégias identificadas e, a partir disso, realizar uma discussão de sua efetividade.

**Palavras-chave:** Mulheres rurais; Economia Feminista; Divisão sexual do trabalho.

### **Introdução**

Considera-se a Agroecologia como conjunto de conhecimentos voltados à construção de uma agricultura sustentável, que atenda simultaneamente a critérios sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais. Na prática, pretende-se apoiar a transição dos atuais modelos de agricultura e de desenvolvimento rural para modelos sustentáveis, sendo a sustentabilidade considerada de forma ampla.

Distingue-se, no entanto, de uma mera substituição tecnológica ou de insumos, porque questiona não só os métodos de cultivo ou de criação animal, mas também os objetivos finais da produção moderna, assim como as formas de organização social, econômica e política que a originaram e sustentam. (SILIPRANDI, 2015, p. 82).

Nesse sentido, faz-se importante refletir sobre a construção de estratégias para a mudança na relação de poder entre os gêneros, e daí a importância do termo empoderamento, entendido neste trabalho como uma ação coletiva desenvolvida pelos indivíduos ‘desempoderados’ pela estrutura de poder dominante – no caso, as mulheres rurais – a fim de disputarem espaços privilegiados poder, adquirindo, nesse processo, consciência social de sua condição de opressão e de formas de transformação.

Como se sabe, independentemente se no meio rural ou urbano, a lógica capitalista impõe que o tempo deve ser maximizado para a produção de mercadorias, ou ao trabalho

---

<sup>1</sup> Universidade de São Paulo, [giovanna.port@usp.br](mailto:giovanna.port@usp.br).

‘rentável’. Pensando nesse aspecto no caso da agricultura familiar, diversos autores e autoras apontam que as mudanças de paradigma advindos juntamente à Revolução Verde atingiram de maneiras diferentes os homens e mulheres do campo, tendo em vista a forma como geralmente se dá a divisão sexual do trabalho na família camponesa, sendo as mulheres rurais - com suas funções tradicionalmente associadas ao sustento e bem-estar da família -, as principais prejudicadas. Uma das consequências dessa desigualdade é o fato de os espaços associados a alguma forma de renda (ou masculinos) muitas vezes avançarem e serem mais valorizados do que os espaços tradicionalmente femininos (DE BIASE, 2007).

Nesse sentido, tais autores e autoras veem de maneira crítica a forma como geralmente se dão os processos de assistência técnica visando a transição agroecológica. Essas críticas geralmente vão no sentido do maior enfoque destas assistências no aspecto técnico, ou no ‘produtivo’, em detrimento das questões sociais, que incluiriam uma preocupação com o papel específico que as pessoas, e em especial as mulheres, desempenham nos sistemas produtivos em questão, e com a sua situação de subalternidade. Dessa forma, assuntos como a relação de poder entre os membros da família, a divisão de tarefas e os valores associados a cada uma dessas tarefas, a rígida hierarquia patriarcal, as formas de divisão dos bens por herança, por exemplo, que afetam diferentemente homens e mulheres, jovens e idosos, dificilmente são tratados como problemas (SILIPRANDI, 2015)

DE BIASE (2007) acredita que a agroecologia ainda não foi praticada em sua plenitude, faltando ações que tenham como foco uma (re)construção social. Dessa forma, a maioria desses trabalhos acabam por manter as relações sociais transformadas pelo processo de modernização da agricultura, sendo justamente uma das causas para a não plenitude da Agroecologia a exclusão da contribuição feminina devido à desconsideração de seus espaços na propriedade rural e suas funções históricas dentro do trabalho familiar - relacionadas ao sustento e ao bem estar da família -, em favor de uma supervalorização das funções tradicionalmente masculinas - aquelas associadas a alguma possibilidade de renda.

## **O contexto da pesquisa**

Na busca de estratégias efetivas para o empoderamento feminino no meio rural, acompanhou-se um trabalho com enfoque na questão de gênero, realizado pela Sempre Viva

Organização Feminista, ONG localizada em São Paulo, através de um edital de ATER específico para mulheres rurais (ATER Mulheres)<sup>2</sup>. Neste acompanhamento, foram realizados diversos trabalhos de campo juntamente às técnicas da SOF, e também entrevistas com roteiros pré-estruturados com algumas agricultoras beneficiárias do projeto. Por fim, das 13 comunidades abrangidas, realizou-se trabalho de campo em 5 delas, além do acompanhamento de outras atividades desenvolvidas com mulheres de diversas comunidades.

### **Breve contextualização da SOF**

Faria (2013) afirma que a experiência da instituição é resultante de um trabalho desenvolvido durante muitos anos na área de saúde da mulher, que acarretou uma primeira experiência na formação de profissionais desta mesma área. Na década de 90, a SOF ampliou seu campo de atuação, passando a fazer suas intervenções no sentido da auto-organização das mulheres, o que significou desenvolver um trabalho de formação que abordou a globalidade da agenda feminista, incluindo aspectos como trabalho, violência, participação política etc. Nessa trajetória, a instituição passou a se aliar a várias organizações que atuavam junto aos movimentos sociais, como escolas de formação política, o Instituto Cajamar, a Central Única de Trabalhadores (CUT) e vários sindicatos.

Com a vitória dos chamados governos democrático populares, principalmente o Partido dos Trabalhadores, houve a criação de organismos com enfoque na implementação de políticas para as mulheres. A partir de então, a SOF passou a dar formações para gestores de várias secretarias municipais de implementação de políticas para as mulheres, articulando um debate mais geral sobre feminismo com as políticas públicas de trabalho, saúde, educação e violência. (FARIA, 2013). Além disso, ainda nos anos 90, várias organizações, como ONGs, começam a dar importância para a incorporação da perspectiva de gênero em seus trabalhos, demandando as formações da SOF para esse objetivo.

### **Economia Feminista como base teórica e prática militante**

---

<sup>2</sup> Edital da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, do extinto MDA. Para mais informações: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/cf8-mul>>. Acesso em: 27 set. 2017.

A partir da relação com a Red Latinoamericana Transformando la Economía (REMTE) e dos enfrentamentos aos acordos de livre comércio (ALCA), a SOF passou a apropriar-se da Economia Feminista como uma ferramenta de análise da realidade, sendo uma das primeiras instituições brasileiras a trilhar tal caminho. Com esse objetivo, impulsionou um grupo de reflexão para ampliar a compreensão teórica da economia feminista e a conjuntura econômica brasileira entre 2001 e 2003 entre militantes. A economia feminista contribui a uma disputa sobre o que se entende por economia, ao dar visibilidade ao conjunto de processos necessários para a produção do viver. A economia, nesse sentido, não é vista como apenas como uma relação entre números e fórmulas, mas sim entre pessoas, que tem a ver com nosso trabalho e nossa vida no mundo público, mas também no mundo privado (MORENO, 2013).

Através de uma descrição da situação dos homens e mulheres na economia, propõe uma mudança no paradigma do conhecimento econômico e no concreto das relações sociais desiguais entre homens e mulheres, colocando a divisão sexual do trabalho como um elemento central de subordinação das mulheres que estrutura o modo de produção capitalista:

A sociedade capitalista e patriarcal se organiza a partir de uma divisão sexual do trabalho que separa e hierarquiza o trabalho realizado por homens e mulheres, atribuindo um valor maior às atividades masculinas. O trabalho doméstico e de cuidados, que garantem a reprodução da vida e envolvem tarefas como o cuidado das pessoas, alimentação e limpeza, é atribuído às mulheres, e o trabalho denominado produtivo é atribuído aos homens. Na realidade, as mulheres conciliam atividades produtivas e reprodutivas, já que estão simultaneamente nas duas esferas. O trabalho de reprodução é realizado pelas mulheres no âmbito doméstico com muita dedicação de tempo e energia, e de forma invisível. E os homens, como grupo social, não se responsabilizam por compartilhar este trabalho. A divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo corresponde a uma separação entre espaço público e privado, e entre atividades mercantis e não mercantis. As atividades que não podem ser mercantilizadas são desvalorizadas e consideradas “não trabalho”. (MORENO, 2013, p. 36).

## **Contextualização das comunidades visitadas**

A fim de buscar embasar a discussão teórica nas experiências de trabalho de campo realizadas, apresenta-se uma breve caracterização de cada comunidade, suas particularidades, desafios e demandas locais, e as estratégias identificadas no trabalho da ATER para oferecer caminhos às questões específicas apresentadas por cada uma, para em seguida sistematizar as estratégias utilizadas neste trabalho e, por fim, refletir teoricamente sobre os caminhos encontrados.

### **Comunidade Castelhanos (Iporanga, 15/07/2016)**

A comunidade contava com 11 beneficiárias, com presença marcante (cerca de 7) não beneficiárias, jovens de 13 a 17 anos, que acompanhavam as atividades. Grande parte das mulheres obtinham suas rendas principais dos trabalhos assalariados na cidade, ou da aposentadoria, e apenas duas delas obtinham renda monetária enquanto agricultoras através da venda de suas hortas no comércio local. Algumas delas recebiam o Bolsa Família. Era perceptível, dessa forma, a grande dificuldade de obtenção de renda através da agricultura devido à dificuldades na comercialização (as agricultoras apontaram o não recebimento do PAA devido à problemas burocráticos com a cooperativa, e a perda da feira local por dificuldades no transporte, que era cedido pela prefeitura). No entanto, apesar do apontamento desses problemas, era perceptível a não apropriação das mulheres quanto aos trâmites políticos locais em relação à tais problemáticas. Por fim, é importante apontar que apesar das dificuldades em relação à obtenção de um valor monetário através da agricultura, todas tinham suas hortas de autoconsumo, e eram bastante interessadas em conhecer mais técnicas de manejo, alimentação saudável e ervas medicinais, interesse inclusive identificado por parte das mais novas.

Na atividade acompanhada, uma oficina de horta realizada pela técnica Vivian, estabeleceu-se conexões entre a Agroecologia e as atividades que as mulheres já realizavam em seus quintais, com a atividade sendo conduzida de forma a demonstrar como as agricultoras já detinham os conhecimentos agroecológicos devido às suas práticas cotidianas. Além da oficina de horta, também foi marcada uma reunião com presença de Vivian, mulheres beneficiárias e alguns homens da comunidade para a discussão da questão do não recebimento do PAA, com a intenção tanto de compreensão por parte da técnica do contexto local para planejamento de atividades futuras baseadas na demanda local, quanto para a apropriação por parte das próprias agricultoras da questão. É importante ainda mencionar que

tal reunião foi marcada em conjunto com as beneficiárias, considerando os tempos que elas indicavam ter maior disponibilidade de acordo com seu trabalho.

Quanto à expectativa do trabalho a ser desenvolvido futuramente, Vivian mencionou intercâmbios de experiência com outras mulheres de bairros vizinhos (Serra e Rio Vermelho) para trocas de experiências agroecológicas e articulação para a feira local, além trazê-las para as feiras de Economia Feminista e Solidária organizadas pela SOF em São Paulo juntamente com beneficiárias de outras comunidades, e mulheres do movimento urbano de Economia Solidária.

Por fim, percebeu-se que a intervenção da ATER nesta comunidade se focou nos quintais produtivos, na intercâmbio de experiências agroecológicas entre agricultoras, na articulação política para a apropriação de demandas do território e para planejar intervenções futuras visando o empoderamento econômico e gerando empoderamento político das beneficiárias, para que futuramente agissem em favor de suas demandas.

### **Peruíbe (16/07/2016)**

Em Peruíbe o projeto contava com 15 beneficiárias, 8 dedicadas à pesca e 9 à agricultura, e muitas mulheres para além do projeto. Em geral, elas somente recebiam renda dessas atividades, com algumas desenvolvendo alguns trabalhos de formação na prefeitura. Em Peruíbe há uma histórica e interessante organização das mulheres que exercem diferentes atividades<sup>3</sup>, além de algumas mulheres beneficiárias atuantes em movimentos políticos (candidatura para vereadora na cidade, e envolvimento com Marcha Mundial das Mulheres). Em entrevista, uma das beneficiárias inclusive se coloca enquanto militante da SOF. A atividade acompanhada foi a 'Feira de Mulheres Produtoras Rurais, Artesãs, Pescadoras e Urbanas', que estava acontecendo em conjunto com a 'Festa da Tainha', tradicional no município. A articulação dos dois eventos se deu justamente devido à articulação das mulheres.

A intervenção da ATER neste território se deu na documentação, através do auxílio no processo de certificação orgânica através da OCS e para agricultoras do Bairro do Bananal conseguissem escoar pães juntamente ao PNAE. Realizou-se intercâmbio de experiências

---

<sup>3</sup> Havia no município a OMP – Organização das Mulheres de Peruíbe – que no momento do campo encontrava-se desativada, mas havia o interesse das mulheres em reativá-la especialmente após a rearticulação impulsionada pelo trabalho da ATER Mulheres.

com mulheres do Centro de Envolvimento Agroflorestal Felipe Moreira, de Barra do Turvo (inclusive, uma das beneficiárias agricultoras estava vendendo na feira uma compota de jaca, gengibre e limão que aprendeu a fazer no Centro). Houve também atividades voltadas ao empoderamento econômico, através do fomento à organização de feiras, que se davam de maneira itinerante, e da articulação das mulheres em torno de um coletivo para comercialização conjunta, o UMA Peruíbe.

Intervindo de forma a articular diferentes grupos, tal como já ocorria anteriormente no território, também foi realizado um trabalho de beneficiamento com as mulheres da pesca, de forma que os resíduos fossem destinados às mulheres agricultoras para compostagem. Outro ponto importante referente ao empoderamento político na atividade acompanhada: em um momento de roda de conversa de todas as mulheres, Vivian atentou para a necessidade de ‘cuidar da ingenuidade’, no sentido de não deixar que homens se apropriassem do projeto de comercialização construído pelas mulheres no fim da ATER.

#### **Caraças (Itaoca, 18/07/2016)**

O bairro Caraças contava com 6 beneficiárias, todas mulheres agricultoras tradicionais. Neste território, as mulheres trabalhavam bastante na horta para o autoconsumo, e entregavam produtos excedentes para o PAA. Além disso, uma delas realiza uma produção familiar de farinha com a família. Atualmente, o coletivo de mulheres fornece cana orgânica para uma agroindústria, além de vender conjuntamente seus produtos, especialmente os beneficiados, em feiras. Outra característica marcante é o envolvimento de algumas na associação do bairro.

No geral, são bastante interessadas em oficinas de práticas agroecológicas, especialmente as voltadas para o enriquecimento da alimentação com plantas alimentícias não convencionais em suas hortas para o autoconsumo. Nesse sentido, a intervenção da ATER se deu no enriquecimento da horta de autoconsumo, com oficinas PANCS<sup>4</sup> e biofertilizante, na articulação das mulheres enquanto um coletivo para comercializar produtos conjuntamente através de feiras, no auxílio para a certificação orgânica da cooperativa da agroindústria, intercâmbios de experiências com mulheres do Centro de Envolvimento Agroflorestal.

---

<sup>4</sup> Plantas Alimentícias Não Convencionais.

A atividade acompanhada em campo era um intercâmbio entre mulheres quilombolas de Barra do Turvo (quilombos Ribeirão Grande e Terra Seca) e mulheres de Itaoca para que as primeiras observassem funcionamento e estrutura da agroindústria do Caraças, já que tinham a intenção de legalizar perante a ANVISA as agroindústrias nos quilombos.

### **Bairro Garcías (Apiáí, 19/07/2016)**

O bairro Garcías conta com 12 beneficiárias, todas agricultoras tradicionais. A principal atividade econômica desenvolvida no território é a produção de tomate de forma convencional, a qual é bastante presente na vida das beneficiárias da ATER. Devido a isso, uma característica notável é o protagonismo das mulheres na transição agroecológica, motivadas, dentre outros motivos, pela questão da saúde. De acordo com Vivian, técnica da SOF, todas as agricultoras dessa comunidade vêm a problemática do uso de agrotóxicos e da complicação na saúde delas e de seus maridos e, além disso, apontam que o tomate vem desgastando bastante a terra e que o custo para a manutenção de tal cultura é bastante alto.

A transição se dá na prática através do cultivo e beneficiamento do morango orgânico na agroindústria, a qual é financiada pela empresa Camargo Corrêa através do mecanismo de compensação ambiental. Os produtos são escoados através do PAA, PNAE e em uma feira no município. Sobre o protagonismo das mulheres, uma beneficiária comenta: ‘Aqui sempre foram as mulheres que tocaram, desde o início. Foi minha mãe que fundou o espaço. E até os homens falam que se não fosse assim, as coisas não funcionariam tão bem como funcionam’ [Jura, Apiáí, 2016].

A intervenção da ATER no território se dá principalmente através do acompanhamento da etapa inicial do processo de transição agroecológica nos quintais de algumas beneficiárias, para posteriormente buscar possibilidade de expansão da experiência. Além disso, também houve o auxílio no processo de licenciamento da agroindústria através de elaboração conjunta do projeto de uma fossa.

### **Bairro Senador Dantas (Pariquera-Açu, 21/07/2016)**

Foi acompanhada uma interessante atividade de intercâmbio no Senador Dantas entre mulheres agricultoras tradicionais de Pariquera, indígenas da aldeia Takuari (Eldorado) quilombolas do São Pedro (Eldorado). As beneficiárias de Pariquera são agricultoras tradicionais e, na propriedade visitada, de Iolanda, há a comercialização para o PNAE, para a



feira municipal (que é bastante consolidada e frequentada por pessoas de outras regiões) e das farinhas no mercado local. O intercâmbio de experiências acompanhado foi relevante para o empoderamento econômico das mulheres presentes. Iolanda demonstrou a forma como organiza seu plantio no tempo a fim de entregar seus produtos regularmente para PNAE, que se trata de vários canteiros, cada um plantado em um tempo diferente ‘para não crescer tudo junto’, tendo sempre, dessa forma, oferta de produtos em tempos regulares, e uma técnica de fertilização produzida por ela com base em um substrato de mandioca. Além disso, entre mulheres aconteceram muitas trocas e conversas espontâneas sobre medicinas naturais e sobre formas de educação dos filhos, e ainda a articulação para encontrarem-se em feira de sementes que aconteceria em Eldorado.

Pode-se considerar também que a atividade de intercâmbio trouxe empoderamento político, já que as beneficiárias discutiram como as políticas públicas de comercialização as afetam de formas semelhantes. Um exemplo disso é a discussão do fato do PAA atualmente pagar os agricultores por peso, e não por peça, o que faz com que a comercialização de certos produtos se torne não rentável. “O PAA tá pagando muito barato. Hoje se a gente colhe 1 kg de salsinha só ganha sete reais” [Agricultora beneficiária, Quilombo São Pedro, 2016].

### **Sistematização de estratégias identificadas**

1. *Documentação*: Foi notável, no decorrer do projeto, como um número considerável de beneficiárias não possuíam documentos básicos de agricultoras familiares, tal como a Declaração de Aptidão ao PRONAF<sup>5</sup>. A ausência dessas documentações reflete muitas vezes não só a marginalização econômica, mas também o não reconhecimento das mulheres enquanto agricultora familiares tal como seus maridos. Nesse sentido, a SOF contribuiu no processo de retirada da aptidão de várias beneficiárias. Além disso, também contribuiu em processos de licenciamento e certificação participativa (caso de Peruíbe e Pariquera-Açu) para a consolidação da autonomia das mulheres.

2. *Intercâmbios de experiências*: Devido à função naturalizada da mulher rural na divisão sexual do trabalho, na qual suas atividades femininas estão concentradas no espaço

---

<sup>5</sup> Declaração necessária para o reconhecimento jurídico enquanto trabalhadora da agricultura, base para o acesso às políticas públicas e direitos fundamentais como a aposentadoria.

privado (casa e quintal) muitas vezes o espaço público não é reconhecido por estas como o seu espaço. Além disso, muitas vezes devido à forma como as mulheres têm contato com a Agroecologia faz com quem elas não se sintam como sujeitas produtoras do conhecimento agroecológico. Nesse sentido, o intercâmbio de experiências (que consiste em organização de encontros entre um ou mais grupos de mulheres de diversas comunidades em uma comunidade ou local onde se tem uma experiência a ser apresentada para todas), é uma importante ferramenta não só para se criar brechas para o reconhecimento de alternativas de vida para além dos papéis tradicionais, mas também para a troca de conhecimentos técnicos (diferentes práticas de manejo) e para a apreensão de similaridades de determinados processos em diversas comunidade, algo que traz motivações e a sensação de não estar só perante as dificuldades: “Essas reunião são muito importante. Nós temo que continua se reunindo pra sabe o que as outra tão produzindo, o que tão fazendo” [D. Gasparina, Barra do Turvo, 2016]; “Estamos querendo ver as coisas diferentes e ao mesmo tempo igual ao que a gente faz pra ver que as coisas podem dar certo, pra voltar motivação” [Agricultora beneficiária, Eldorado, 2016].

3. *Visibilização/valorização do trabalho reprodutivo*: Nos trabalhos de transição agroecológicas convencionais, muitas vezes os tempos das mulheres não são considerados para combinar horários de atividades, formações, reuniões etc., fator que as afastam da Agroecologia. No trabalho da SOF observou-se que esses tempos eram considerados e, além disso, em todas as atividades mais longas eram organizadas cirandas para que as crianças desenvolvessem atividades lúdicas conjuntamente, e suas mães pudessem participar efetivamente, fator apontado pelas agricultoras em uma oficina de monitoramento e planejamento como bastante determinante para os seus comparecimentos nas atividades.

Entretanto, além da visibilização também foi trazida em formações o questionamento do fato de todo este trabalho ser função somente da mulher. Em uma atividade de monitoramento e planejamento no parque do Rio do Turvo com mulheres de diversas comunidades de Barra do Turvo e Cajati, Miriam, coordenadora do projeto, criticou a imagem que é passada às mulheres de que a cozinha reflete o que se é enquanto mulher depois de reclamações das agricultoras no sentido da falta de tempo para as atividades relacionadas à horta devido à sobrecarga de trabalho e à culpabilização das mulheres nesse sentido. ‘O trabalho doméstico é um trabalho que muitas vezes não é visto, porque no momento que a

gente faz, ele já é desfeito. Então, se o marido chega em casa e o jantar não tá pronto, fica a impressão de que a mulher não fez nada o dia inteiro’ [Miriam, SOF, 2016].

‘O trabalho doméstico é muito importante pra gente existir. Se a gente funcionasse igual os homens, já não existiria mais humanidade, porque todo mundo a ter morrido de fome. Então todo esse trabalho que a gente faz ele é necessário, é importante da gente reconhecer, mas é importante também a gente dividi ele, pra também conseguir fazer outras coisas, se não a gente vai querer ficar fazendo tudo o tempo todo e a gente vai ficar muito cansada e doente. E a gente também quer ter tempo de aproveitar a vida, né, descansar e tal’ [Miriam, SOF, 2016].

A Economia Feminista tem uma importante contribuição nesse sentido ao defender a ampliação da noção de trabalho, considerando o trabalho produtivo e o reprodutivo, o qual inclui a dimensão material do trabalho doméstico, e também dimensões afetivas e relacionais. Tal apreensão é fundamental para entender a sobrecarga de trabalho imposta às mulheres em diversos âmbitos, já que elas são vistas como pessoas que têm eterno tempo disponível para tais atividades devido ao fato destas não serem consideradas como um trabalho na economia dominante. Além disso, tal vertente teórica defende, a partir da visibilização destes trabalhos ocultos, a responsabilização social e política por eles como uma condição para a libertação das mulheres da opressão.

*4. Visibilização/valorização do autoconsumo:* Foi possível observar a valorização da produção dos quintais e do autoconsumo da família através não só de trabalhos técnicos focados nestas áreas, mas também através de uma defesa política do autoconsumo e da variabilidade dos alimentos na mesa das famílias. O autoconsumo também foi valorizado na medida em que se estimulava a produção de insumos no próprio sítio, procurando evitar ao máximo as compras externas. Essa questão foi apontada por agricultoras em uma atividade de monitoramento e planejamento em comparação com outros projetos: ‘técnicos traziam de lá para cá o que eles achavam que era importante, e no fim falavam que a gente tinha que ir comprar quase tudo. Vocês ensinaram a gente a produzir com as coisas que tem no sítio, de jeito mais natural’ [Ana, Cajati, 2016] ; ‘Vocês foram muito diferentes. Muitos técnicos chegaram lá, foram duas vezes e nunca mais. Vocês fizeram de um jeito diferente de trabalhar com a gente, que fez a gente acreditar. Nem precisa vender, mas só ter coisa pra comer’. [D. Isaldite, Barra do Turvo, 2016].

A valorização do autoconsumo também traz consigo a valorização das próprias mulheres, já que geralmente o trabalho visando o autoconsumo é realizado majoritariamente por elas de maneira invisível. Tal questão também foi trazida pelas agricultoras em uma das formações através da reclamação de que os maridos questionam o gasto de tempo com o plantio de produtos que ‘não dão dinheiro’, criticando os homens por eles ‘só irem onde dá mais dinheiro’. No entanto,

isso na verdade é uma ideia de um dinheiro grande. O que a gente quer mostrar é que esse trabalho todo que a gente faz tem uma importância econômica, apesar de muitas vezes não se tratar de um dinheiro que você pega. Ex: você vende umas verdura pra vizinha, coloca aquele dinheirinho ali em cima da geladeira. Daí o seu filho vem e fala ‘mãe, tô precisando compra um caderno’, pega o dinheirinho e compra o caderno. Então esse dinheiro parece que ele vem e vai muito rápido, a gente não vê. Diferente do saco de feijão, né. Você vende alguns, vai lá e tira 500 reais de uma vez. Mas aquele dinheiro, ele é muito importante, porque se não não ia ter o chinelo, não ia ter o caderno, então a gente tem que mostrar isso. E a outra coisa é o dinheiro que a gente deixa de gastar. Que bom que a gente tá percebendo que ter uma saladinha diferente já é fruto do seu trabalho. Muitas vezes o que a gente planta ali no quintal, ou os ovos que a gente vai comendo, parece que não existe na economia. [Miriam, SOF, 2016].

Tal resposta se relaciona com a Economia Feminista na medida em que este paradigma defende colocação da produção do viver como ponto central da agenda política e econômica (MORENO, 2015), além da necessidade de visibilizar o valor gerado por esses trabalhos na economia, o que também já vem sendo realizado pela SOF no Vale através das Cadernetas Agroecológicas<sup>6</sup>, que provavelmente trarão com mais clareza a importância da economia produzida pelas mulheres.

5. *Empoderamento Econômico*: Além da valorização do autoconsumo, também foram desenvolvidos trabalhos de formação em comercialização, incentivo às feiras locais e, mais recentemente, contato com a Rede de Grupos de Consumo da Região Metropolitana de São

---

<sup>6</sup> Ferramenta criada pela ONG CTA-ZM (MG) na qual as agricultoras marcam, durante um ano, tudo o que foi consumido, dado, trocado e vendido, e os seu valor econômico. A partir do resultado dessas anotações, é possível observar o valor econômico gerado pelas mulheres em seus quintais produtivos, especialmente pelo que se deixa de gastar através do autoconsumo, e que geralmente é invisibilizado nos métodos de viabilidade econômica baseados no paradigma da economia dominante (neoclássica).

Paulo (RGCRM), sendo que algumas mulheres beneficiárias do projeto atualmente tiram sua renda exclusivamente da venda de produtos a estes grupos de consumo. O empoderamento econômico se faz importante devido ao aumento do poder de barganha da mulher dentro da família por ter uma renda mais permanente e gerada por ela mesma, não dependendo apenas da renda familiar, a qual tem que ser barganhada com o marido em uma condição desigual, já que seu trabalho é considerado “apenas ajuda” enquanto os maridos são considerados “os provedores”.

Faz-se nítido nos seguintes depoimentos, de uma agricultora de Itaoca, a autonomia adquirida pelas mulheres com o empoderamento econômico devido à possibilidade de decisão sobre a prioridade dos gastos do dinheiro adquirido. Tais prioridades apontadas, de saúde e de lazer das mulheres, dificilmente seriam colocadas enquanto prioridades caso só houvesse a chamada renda familiar. Além disso, é presente no discurso desta agricultora que quem tem a palavra final sobre para onde se destinar tal renda é o marido:

Mas eu também tenho uma renda desses servicinho nosso assim, né. Igual esses dia mesmo, eu tava com uma dor no joelho, sabe? Aí eu precisava de uns remédio pra mim toma, daí eu tinha ajudado a mexe com uns salgado de mandioca, trabalhei na usina, né, daí o dinheiro que eu recebi deu pra compra os meu remédio pra mim toma, né. Não preciso gasta o dinheiro **dele**. (...) Igual eu mesmo, to querendo viaja com o pessoal da terceira idade, daí esse dinheirinho já serve pra paga a mensalidade pra i viaja no final do ano...eu não posso fica sem i, né’. [Agricultora beneficiária, Itaoca, 2016].

PACHECO (2015), na parte introdutória do livro publicado por SILIPRANDI (2015), faz uma análise nesse sentido:

Uma análise baseada na perspectiva feminista mostra que quem controla os bens e recursos é que determina se o produto do trabalho beneficiará a todos que contribuíram. Em geral, a distribuição é mais igualitária nos sistemas agrícolas nos quais a mulher participa do trabalho no campo, das decisões e da forma de dispor do produto’ (PACHECO:SILIPRANDI, 2015, pág. 20).

Outro aspecto importante a ser considerado é que a participação das mulheres em espaços públicos, principalmente onde se realiza a comercialização, permite o contato com públicos exteriores, possibilitando reconhecimento social do trabalho e maior autoestima.

*6. Empoderamento Político:* Em algumas comunidades visitadas, era notável como as mulheres não eram apropriadas de questões da conjuntura política local que as afetavam diretamente (como por exemplo, o corte de uma política pública de escoamento de alimentos). Esse fato ocorre por tais assuntos não serem considerados pela sociedade como propícios das mulheres resolverem, algo que, por sua vez, faz com que as próprias mulheres não se achem capazes de se colocarem em condição de sujeitas em tais processos. Devido a isso, o empoderamento político não só sobre a conjuntura local, mas também sobre o feminismo e a forma de operação do patriarcado tornam-se fundamentais para que, no momento em que projeto se finalizasse, os homens não se apropriassem dos trabalhos e acúmulos desenvolvidos pelas mulheres, especialmente os mais rentáveis. Portanto, o empoderamento político é importante para a autonomia das mulheres pós-projeto. Tal empoderamento visando autonomia pós projeto pôde ser observado nos campos realizados Castelhanos e em Peruíbe.

Além disso, Ana, agricultora de Cajati na formação de monitoramento e planejamento, apontou a seguinte questão: “Vejo aqui que mulheres estão aprendendo a falar e a se impor na política. Antes elas só se candidatavam, mas não adiantava muito” [Ana, Cajati, 2016]. Tal fala demonstra algo perceptível no decorrer do tempo: em cada nova formação muitas mulheres passaram a falar e a impor suas demandas com mais propriedade, o que certamente afetará as relações de poder em seus territórios.

Outro aspecto que surgiu (e vem surgindo) em algumas mulheres é o desejo de se organizarem em outras instituições para defender pautas de interesses das mulheres para além de seus territórios:

Eu sempre falo da SOF porque, porque eu já tinha isso dentro de mim, e eu não sabia como fazer, então a organização SOF veio pra isso' (...) 'Então eu to muito realizada, né. Tenho quase 70 anos, vou voltar pra minha cidade, no sul de Minas, assim que me aposentar, porque eu quero andar na roça, ensinar as mulheres na agricultura familiar o que eu tenho aprendido também, com a minha parceira, amiga

que eu trabalho junto, e a gente tá aprendendo a agricultura familiar a feira solidária, a economia solidária, e o turismo rural solidário e comunitário, então eu já tô levando essa bagagem. Eu não tenho estudo, mas tenho saber. Porque o negro ele tem isso, ele tem história pra contar e tem saber, então a gente ensina muito os mais novos, né. [Imaculada, Peruíbe, 2016].

Para além das beneficiárias, é importante apontar como o empoderamento político também atingiu não beneficiárias jovens, trazendo novas perspectivas de futuro enquanto agricultoras. A jovem filha de uma das beneficiárias de Peruíbe deu o seguinte depoimento em uma entrevista quanto às suas expectativas de futuro:

‘Eu quero tê sementes, mudas, que eu acho que é muito importante porque como é que a gente vai produzir sem a semente orgânica? E sabe o que eu quero? Eu quero deixar disponíveis a todos, porque não adianta ter em um lugar e não ter em outro. É triste assim as pessoas não conseguirem a muda, a semente’ [Jovem, Peruíbe, 2016].

Tal perspectiva de tornar-se agricultora espelhando-se nas experiências que tem vivido ao lado de sua mãe é algo bastante significativo em um contexto em que grande parte das jovens no meio rural têm o sonho de migrar para a cidade. SILIPRANDI (2015) comenta sobre essa no assentamento Dandara dos Palmares, na Bahia:

Para as jovens, em particular, o grupo de mulheres e a área coletiva do roçado funcionam como um laboratório onde elas se fortalecem para poder participar, no futuro, em melhores condições, da discussão da gestão da propriedade. Algumas afirmam que nunca haviam pensado em permanecer na agricultura. Mas, quando tiveram a oportunidade de experimentar livremente a condução de uma área e de aprender a pensar o processo produtivo como um todo, se deram conta de que valia a pena ficar. (SILIPRANDI, 2015, p. 259).

a participação no grupo de mulheres mostrou a essas jovens a existência de alternativas de inserção nas atividades agrícolas que não aquelas tradicionais; mostrou que elas poderiam ter um papel ativo, não apenas como mão de obra dependente dos parceiros, mas como "cabeças" do empreendimento, e que essa opção poderia ser melhor do que ir para a cidade, onde só conseguiriam trabalhos menos qualificados. É uma mudança de perspectiva bastante significativa para essas jovens, que pela primeira vez vislumbravam a possibilidade de permanecer no meio

rural como agricultoras, mas sem estar em uma posição subordinada. (SILIPRANDI, 2015, p. 261).

Outro depoimento desta mesma jovem de Peruíbe demonstra o empoderamento na questão do feminismo:

A mulher tem mais coisa por dentro do que por fora, e as pessoas só querem olhar por fora. Eu não aguento mais ficar com a minha opinião fechada em uma caixinha – depois a gente pergunta pra ela - não! O que eu tenho pra falar é tão importante quanto o que um homem tem pra falar. Porque os homens têm respeito e a gente não? E isso acontece em todo lugar...na escola: Porque respeitam mais os professores do que as professoras; [Jovem, Peruíbe, 2016].

*7. Diagnóstico de Demanda Local e Valorização das atividades já desenvolvidas pelas mulheres em seus territórios:* Muitas assistências técnicas convencionais intervêm nas comunidades com cronogramas de atividades prontos, sem realizar um diagnóstico das demandas locais, geralmente propondo atividades e trabalhos que em nada se relacionam com as atividades das mulheres, algo que acarreta a falta de sentido em muitas agricultoras em continuar acompanhando as atividades. No trabalho realizado pela SOF, a ideia era deixar que as próprias mulheres mostrassem demandas específicas, valorizando, assim, os trabalhos já desenvolvidos por elas em cada uma das comunidades, reconhecendo a contribuição das atividades que elas já realizavam para a construção da Agroecologia: “ a ideia da ATER nunca foi para chegar com ideia pronta, mas sim valorizar o que mulher faz” [Vivian, SOF, 2016].

Tal estratégia pôde ser observada na contextualização das experiências, dadas a diversidade de demandas apontadas por cada comunidade, e a resposta da ATER diferenciada em cada contexto.

*8. Monitoramento Constante e Versatilidade:* Fundamental inclusive para a consolidação da estratégia anterior, no meio do projeto foi realizada uma oficina de ‘monitoramento e planejamento’ em todas as comunidades atendidas, sendo que cada uma contava com algumas comunidades. Nesta formação de dois dias, o primeiro dia era dedicado ao monitoramento, através de dinâmicas participativas, de qual era a efetividade das atividades desenvolvidas na transformação da realidade dessas mulheres, e o segundo para



planejar conjuntamente as atividades futuras em cada comunidade de acordo com as demandas apresentadas por cada grupo.

9. *Formação técnica específica para a abordagem de gênero:* No decorrer do projeto, as técnicas da SOF passaram por diversos processos formativos para melhor compreensão da questão de gênero no campo, o que nitidamente refletiu na qualidade de seus trabalhos com as comunidades de diversas maneiras. Tal estratégia faz-se fundamental na medida em que compreender como a opressão de gênero se dá no meio rural já é algo bastante complexo e, além disso, há uma grande complexidade envolvida no estudo de metodologias para transformar a realidade na prática. Quanto a esse processo de formação específico, é fundamental destacar a troca de acúmulos entre diversas organizações que trabalham com gênero em todo o país, que trabalham em parceria com a SOF, através do GT de Mulheres da ANA (Articulação Nacional de Agroecologia) e da Marcha Mundial das Mulheres.

10. *Recorte de gênero no projeto:* O recorte de gênero entre as beneficiárias fez-se fundamental por diversas questões. Uma delas é uma questão prática relativa aos tempos específicos das mulheres, os quais necessitam ser visibilizados, algo que muitas vezes no trabalho com o público misto torna-se mais difícil.

Muitas vezes na assistência técnica feita pra homens e mulheres é falado que é pra ter os agricultores e as agricultoras, daí as agricultoras não vão, e ninguém se pergunta o porquê disso. Será que a gente consegue decidir sobre o nosso tempo? Quando uma mulher consegue ir pra uma reunião, e fazer as coisas que quer durante o dia, é uma vitória pra ela [Miriam, SOF, 2016].

Além disso, muitos momentos de desabafos sobre opressões e humilhações sofridas - dentre elas sexo forçado, violência física, verbal e psicológica - bastante importantes para o processo de identificação da opressão patriarcal nos territórios, somente acontecem porque há um ambiente de acolhimento que com a presença masculina não se conformaria. Tanto que, nas formações, quando tais questões vêm à tona, faz-se um 'contrato de sigilo' para preservar a intimidade das mulheres que expuseram seus problemas e, também, por uma questão de segurança destas mesmas mulheres. Esse processo é importante para a construção de um tipo específico de cumplicidade entre mulheres que o sistema patriarcal reservou somente aos

homens, tal como uma agricultora apontou em uma formação: “uma coisa que temos que aprender com os homens é ter cumplicidade e apoiar as companheiras” [Ana, Cajati, 2016].

SILIPRANDI (2015) aponta argumentos para a necessidade desses espaços também no âmbito produtivo, baseados na experiência nos assentamentos Dandara dos Palmares (BA) e Mulunguzinho (RN):

São dois os argumentos usados para defender esse espaço: por criar uma sociabilidade específica na convivência entre as mulheres, uma vez que é um espaço onde elas se sentem à vontade, livres de constrangimentos, e por ser uma oportunidade de aprendizado técnico e gerencial, que no âmbito da produção familiar seria mais difícil conseguir, uma vez que os homens geralmente monopolizam as informações e controlam o processo de trabalho (SILIPRANDI, 2015, p. 258).

### **Considerações Finais**

É importante mencionar o desafio da realização da assistência específica com mulheres relacionado à dificuldade delas conseguirem ter autonomia sobre seu tempo. Não era incomum, especialmente no início do projeto, o relato das técnicas sobre maridos que entravam no meio das reuniões com crianças, ou que não permitiam que mulheres fossem às reuniões para que o jantar ficasse pronto na hora certa. No entanto, conforme foi se dando especialmente o empoderamento econômico de algumas mulheres, também surgiram relatos de maridos que tiveram que passar a cuidar das crianças e se dedicarem mais às tarefas do lar, por mais que ainda haja um desafio grande para o rompimento da divisão sexual do trabalho como um todo.

Outra questão relativa ao tempo é a importância do tempo juntamente à outras mulheres, seja nas formações ou nos processos de comercialização, para a saúde mental, através da reconstrução de suas autoestimas, e para o empoderamento político. Muitas agricultoras dizem ter vencido a timidez e ‘aprendido’ a falar em público.

Então com essas feiras a gente tem tirado o sustento para as nossas famílias, porque cada mês a gente faz a feira no nosso bairro, um mês é em um bairro, no outro mês no outro, e resgatando essas mulheres que precisam trabalhar, né. Só vem com a gente aquele pessoal que precisa trabalhar e no nosso movimento a gente faz a integração com as mulheres, com as crianças, com os nossos maridos, né, porque hoje em dia a mulherada tá muito sozinha, então a gente quer evitar um pouco das depressões. E tando assim no nosso movimento, a gente tem visto que muitas mulheres têm sarado dessa maldição que é a depressão. [Imaculada, Peruíbe, 2016].

Nesse tempo que eu convivi com vocês eu percebi que vocês vivem em uma filosofia de vida diferente – vocês se aceitam. É raro você vê uma feminista alisando o cabelo, essas coisas, pra se acha mais bonita, porque ela gosta do jeito que ela é, ela se aceita. Eu acho importante isso. (...) A mulher tem mais coisa por dentro do que por fora, e as pessoas só querem olha por fora (...). Às vezes tem muitas mulheres que são preconceituosas com elas mesmas, que acha que o cabelo cacheado dela, do jeitinho que ela gosta, é ruim. Porque teve uma colonização que falou que os negros são como se fosse uma pedrinha no chão, não tem valor nenhum. [Jovem, Peruíbe, 2016].

Em algumas entrevistas as mulheres ainda apontaram a preferência por continuarem trabalhando juntas em vez de se dedicarem a outras atividades devido ao gosto pela convivência entre si, como é o caso das mulheres de Itaoca, que afirmam que quando passam muito tempo sem trabalharem juntas ‘sentem falta’ uma das outras.

Eu trabalho de doméstica desde os 13 anos, né. Tem duas chácaras aí em baixo que os pessoal são de fora, e eu trabalho nas duas chácara assim, por diária também, né, de faxina. Se melhorar mais aqui a gente pretende sair né, porque eu gosto muito de trabalhar na roça mesmo. Eu limpo casa assim, trabalho como faxineira, mas o que eu gosto mesmo é de trabalhar na roça, junto com as mulheres. [Silvanira, Itaoca, 2016].

Por fim, é importante mencionar que tal experiência mostrou-se estratégica para o empoderamento das mulheres porque buscou compreender agroecologia não apenas como práticas agrícolas, mas também como as relações sociais em que estas práticas estão inseridas, a partir do entendimento de ‘relação social’ como uma tensão que atravessa o campo social

por um conflito de interesses em torno do trabalho e suas divisões (Nobre, 2005). Nesse sentido, um dos pressupostos de atuação da SOF está em questionar a idealização de uma família onde não há conflitos de interesses. Na prática, afirmam que na relação entre agroecologia e gênero, é necessário operar com duas lógicas diferenciadas: a ‘naturalização’ e a ‘desnaturalização’.

Se na agroecologia estimulamos a ‘naturalização’ das práticas agrícolas, através da aplicação dos princípios ecológicos na agricultura, no campo das relações sociais de gênero, o que se busca é a ‘desnaturalização’ de atribuições conferidas ao feminino e ao masculino. Portanto, se na agroecologia relacionamos o natural ao sadio e certo, nas relações de gênero não se pode considerar as relações tradicionais como naturais ou positivas’ (NOBRE, 2005, p. 5).

A questão do questionamento de relações familiares tradicionais ainda é bastante polêmica no âmbito acadêmico e na prática, em trabalhos juntamente às comunidades rurais.

Não é raro encontrarmos situações em que deliberadamente se jogam estas questões para o campo da ‘ética cultural’ como se, em nome de um suposto respeito aos hábitos e culturas locais, não fosse lícito tocar questões que dizem respeito às formas de organização social, e em particular, à família. Essas posições, no entanto, são desmentidas pela própria prática, já que qualquer processo de mudança social provoca, de uma forma ou de outra, mudanças nos papéis de gênero (não existe uma suposta ‘neutralidade’). (SILIPRANDI, 2000, pág. 61).

## Referências

BIASE, Laura De. A condição feminina na agricultura e a viabilidade da Agroecologia. In: Revista Agrária, São Paulo, n° 7, pp. 4-36, 2007.

ANA. ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. Carta política do III Encontro Nacional de Agroecologia. Juazeiro: ANA, 2014.

MORENO, Renata. Economía feminista: una visión antisistémica. In: En busca de la igualdad: textos para la acción feminista. pp. 33-56, 2013.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Tese de doutorado. UFRJ, 2015.

FARIA, Nalu. La formación como instrumento para la construcción de um abordaje antipatriarcal. En busca de la igualdad: textos para la acción feminista. In: 2013

NOBRE, Miriam. Agroecologia, crédito e economia solidárias desde a perspectiva feminista no Brasil. Discurso proferido em 2005.

SHIVA, Vandana. Manifiesto para uma democracia de da tierra. Justicia, sustentilidade y paz. Barcelona: Paidós, 2006.

SILIPANDI, Emma. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. In: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v. 1, n 1, jan/mar 2000.